
Geografias do Bem Viver: Resistências Contracoloniais de Mulheres Rurais Brasileiras**Geographies of Buen Vivir: Counter-Colonial Resistances of Brazilian Rural Women****Geografías del Buen Vivir: Resistencias Contracoloniales de Mujeres Rurales Brasileñas**Margarida de Cássia Campos¹ <https://orcid.org/0000-0003-4082-6037>Dayane Nascimento Sobreira² <https://orcid.org/0000-0002-5351-692X>

¹ Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil, Brasil mcassiacampos@hotmail.com² Universidade Estadual da Paraíba: Campina Grande, Brasil, dayanesobreira26@gmail.com.

Recebido em: 22/12/2025

Aceito para publicação em: 03/03/2026

Resumo

Este estudo visa explorar as práticas de cuidado, eixos de luta e resistências à colonialidade do poder que emergem das experiências de mulheres rurais brasileiras, especialmente as organizadas em torno da Marcha das Margaridas, diretamente impactadas pelo extrativismo predatório que as oprime. Adotamos uma metodologia qualitativa, pautada em uma revisão bibliográfica crítica para compreender as estratégias e lutas de mulheres rurais, de territorialidades não centrais contra as estruturas de poder patriarcal, colonial, racista e agrocapitalista. Assim, as mulheres rurais – no Brasil e também em Abya Yala – emergem como uma força mobilizadora e de resistência coletiva, sustentando modos de vida e assegurando a continuidade da própria existência, na construção de uma “Geografia do Bem Viver” ante o projeto colonial que reverbera até a contemporaneidade.

Palavras-chave: mulheres rurais; resistências; contracolonialidade.

Abstract

This study aims to explore care practices, axes of struggle, and resistances to the coloniality of power that emerge from the experiences of Brazilian rural women, especially those organized around the March of the Daisies, who are directly impacted by the predatory extractivism that oppresses them. We adopt a qualitative methodology, based on a critical

bibliographic review to understand the strategies and struggles of rural women from non-central territorialities against patriarchal, colonial, racist, and agro-capitalist power structures. Thus, rural women – in Brazil and also in Abya Yala – emerge as a mobilizing force and collective resistance, which sustains ways of life and ensures the continuity of existence itself, in the construction of a “Geography of Buen Vivir” in the face of the colonial project that reverberates to the present day.

Keywords: rural women; resistances; counter-coloniality.

Resumen

Este estudio se propone explorar las prácticas de cuidado, ejes de lucha y las resistencias a la colonialidad del poder que emergen de las experiencias de mujeres rurales brasileñas, especialmente aquellas organizadas en torno a la Marcha de las Margaritas, directamente impactadas por el extractivismo predatorio que las oprime. Adoptamos una metodología cualitativa, pautada en una revisión bibliográfica crítica para comprender las estrategias y luchas de mujeres rurales, de territorialidades no centrales, contra las estructuras de poder patriarcal, colonial, racista y agrocapitalista. Así, las mujeres rurales – en Brasil y también en Abya Yala – emergen como una fuerza movilizadora y de resistencia colectiva, que sostiene modos de vida y asegura la continuidad de la propia existencia, en la construcción de una “Geografía del Buen Vivir” ante el proyecto colonial que reverbera hasta la contemporaneidad.

Palabras clave: mujeres rurales; resistencias; contracolonialidad.

Introdução

É importante produzir pesquisas com potencial de reconhecer como as mulheres rurais, ao longo da história, têm sido sujeitas a diversas formas de violência por ocuparem posições estratégicas de luta contracolonial. Elas constroem uma pedagogia de cuidado com o mundo que desafia os projetos coloniais de extermínio e epistemicídios, atuando na proteção de suas comunidades, territórios e da própria Natureza.

O objetivo central desta pesquisa consiste em visibilizar as experiências de resistência das mulheres rurais brasileiras, vinculadas à Marcha das Margaridas. Analisa-se o potencial de enfrentamento à colonialidade, ao poder agroexportador e

[Geopauta](#), Vitória da Conquista, V. 10, 2026, e18554



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](#)

ao patriarcalismo, elementos que reverberam na promoção de uma Geografia do Bem Viver.

Para tanto, bebemos da teoria crítica decolonial para discutir a centralidade do projeto de poder colonial na organização das relações sociais, bem como a categoria da colonialidade apresentada por Aníbal Quijano (1992; 2005; 2009). Segundo o autor, a ideia de raça sustentou o padrão de poder eurocêntrico, utilizada para legitimar o processo de colonização e dominação do território da América Latina. As teorias do feminismo decolonial de María Lugones (2014) foram mobilizadas para compreender a opressão das mulheres subalternizadas (negras, indígenas, etc.) no sistema-mundo moderno/capitalista/colonial, tendo em vista a intersecção entre raça, classe social, gênero e sexualidade. O texto parte da concepção de que o gênero, para algumas sociedades indígenas e africanas, foi imposto, e isso significou uma dupla forma de dominação no pós-invasão colonial.

Para o debate da Geografia do Bem Viver, partimos dos estudos de Walsh (2010), Salgado (2010), Gudynas (2011), Svampa (2012) e Muraca (2022).

Entendemos que as mulheres rurais brasileiras não apenas resistem, mas também produzem novas geografias de manutenção do Bem Viver em suas comunidades. Suas práticas de luta – feministas ecoterritoriais –, dialogam com saberes ancestrais e locais (Svampa, 2021) e elas se colocam na linha de frente em defesa da água, dos bens naturais, de seus corpos-territórios, e por justiça ambiental e de gênero.

Geografia do Bem Viver: entre práticas de resistências e o enfrentamento à colonialidade

A colonialidade é uma categoria pensada por Aníbal Quijano (1992; 2005; 2009) para analisar as estruturas mantidas atualmente pelo projeto de poder colonial imposto inicialmente à América a partir de 1492 e irradiado por todo o planeta nos séculos seguintes, consolidando-se como um poder global hegemônico e sistemático, o que implicou na construção de inúmeras formas de hierarquias complexas e níveis

[Geopauta](#), Vitória da Conquista, V. 10, 2026, e18554



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](#)

entrelaçados de dominação, tendo com pressuposto a racionalidade européia. Para o autor, o eurocentrismo sustentaria a matriz cultural, epistêmica³, ontológica e social; o colonialismo, a matriz institucional, e o capitalismo daria o suporte quanto à matriz econômica e política.

Ainda para Quijano (2009), o colonialismo que se instalou na América pode ser considerado como uma dominação geopolítica datadas do século XVI ao XVIII, e sua racionalidade organizacional foi ampliada com ênfase na busca de mercados consumidores para o excedente de capital no século XIX, no processo que conhecemos como imperialismo ou neocolonialismo. Na primeira etapa foi criada uma tecnologia de dominação da divisão do trabalho, baseada na indentificação fenotípica das pessoas, o que comumente conhecemos como racialização. Ou seja, as ideias modernas da classificação das pessoas por meio de uma raça foram criadas quando da invasão da América, a priori, como uma diferenciação biológica, e durante o imperialismo e neocolonismo, sistematizadas cientificamente, por meio da criação de teses racistas, o que consolidou o chamado racismo científico. Nesse período, intelectuais europeus estabeleceram disciplinas (craniologia, eugenia, etc.) e produziram obras fundamentadas na crença de uma hierarquia racial, sendo a europeia sinônimo de civilização, progresso, desenvolvimento e, portanto, ocupando o lugar mais elevado da humanidade.

Foi com base na divisão da humanidade em raças superiores e inferiores que ocorreu a sistematização do sistema econômico e político do capitalismo, o que Quijano (2005) denominou de "Geografia Social do Capitalismo", que reservou para as pessoas brancas, descendentes de europeus, o trabalho pago, e para indígenas e pessoas negras, a servidão e a escravização. Portanto, esse sistema de dominação social tendo como base a classificação racial mantém-se atualmente estruturado na narrativa universal eurocentrada, bem como nas relações de poder e saber assimétricas, entre países do Sul e Norte Global.

³ Mignolo (2011) denomina "geopolítica do conhecimento" a submissão dos saberes das populações dos territórios invadidos em oposição à supervalorização do conhecimento ocidental e europeu. Já Sueli Carneiro (2005) define esse processo como epistemicídio.

Nas teses desenvolvidas por Quijano sobre o padrão de poder instalado na América, há quatro elementos centrais: a) dominação nas esferas da divisão do trabalho, bem como quem se apropria de todas as riquezas geradas; b) controle da autoridade coletiva e da subjetividade/intersubjetividade; c) a organização social pautada na classificação racial; d) o controle e dominação por meio da esfera do sexo. Segundo Lugones (2014), essa última aparece de forma equivocada, sobretudo em relação ao controle e dominação dos corpos das mulheres, que, para Quijano, é visto inquestionavelmente apenas por meio do ponto de vista biológico.

Portanto, a autora apresenta uma inflexão teórica em relação à obra de Quijano, apontando que haveria no padrão de poder do sistema mundo global a existência do que ela chamou de colonialidade do gênero, interseccionando as categorias de raça, classe social, gênero e sexualidade para compreender com mais sofisticação epistêmica às múltiplas formas de opressões, violências e, por outro lado, resistência ao projeto de poder colonial e à descolonização das subjetividades. A autora ainda aponta que para mulheres negras e indígenas, o projeto colonial foi um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero (Lugones, 2014).

Sendo assim, a colonialidade de gênero é uma categoria analítica e heurística que localiza-se “no ponto de partida da coalizão”, sendo que por meio dela podemos compreender “o lócus fraturado que resiste” às relações de poder (Lugones, 2014, p. 948). Para tanto, na segunda parte do texto discutiremos como as mulheres rurais brasileiras da Marcha das Margaridas questionam o modelo dicotômico do sistema capitalista/colonial/moderno e ontológico-maniqueísta em que o heteropatriarcado organiza práticas de violência e opressões, caracterizando-se como modelo de organização das relações sociais.

Dessa forma, é necessário, quando se discute as inúmeras formas de organização de luta das mulheres na sociedade contemporânea, refletir como a colonialidade de gênero funciona como instrumento de poder que impõe às mulheres indígenas, negras, quilombolas e das classes populares, relações de subalternização e violência sistêmica.

O presente texto parte do princípio de que as lutas empreendidas por mulheres rurais constitui-se na lógica fundada pelo bem viver coletivo. O que ora denominamos de “Geografias do Bem Viver”, corpos-territórios que reivindicam o direito de existir vinculado com o direito ao território, tendo em vista que para os povos do campo a luta pela terra é antes de tudo uma resistência contra a colonialidade e o capitalismo que avançam para extinguir modos de vidas e saberes tradicionais.

O Bem Viver é considerado uma cosmologia (Walsh, 2010), modelo de desenvolvimento indígena centrado (Radcliffe, 2012) ou ainda uma alternativa ao conceito de desenvolvimento ocidental (Gudynas, 2011). O termo tem origem na língua quéchua⁴. Ainda, para Salgado (2010), do ponto de vista semântico, o bem viver foi uma tradução de *sumaq kawsay*, onde *sumaq* significa beleza, ternura; então *sumak kawsay* pode ser lido como uma bela forma de viver, pautado para além de uma vida feliz por meio de posse de bens materiais, mas, sobretudo por uma relaboração teórica e política de dimensão espiritual sobre o sentido da vida em comunidade. Muraca (2022) acrescenta:

Frente à atual crise ecológica e social global, o Bem Viver está adquirindo força e abrangência como horizonte de sentido capaz de sustentar e guiar práticas e reflexões que buscam a construção de outro mundo, direcionadas pelas sementes de alternativas já existentes embora muitas vezes ocultadas pelo sistema dominante (Muraca, 2022, p. 34).

O Bem Viver tem uma construção pautada na luta por território, por isso pode ser interpretado por meio do que denominamos no presente texto pela luta espacializada de uma “Geografia do Bem Viver”, que centra-se no sentido de promoção da reciprocidade, interdependência, do sentimento de coletividade, da visão de que a terra-território são sagrados para a manutenção da vida e do protagonismo feminino (e feminista) para refletir sobre alternativas ao ciclo predatório de destruição do planeta.

⁴ Povos indígenas da região andina da América do Sul, que vivem nos territórios de Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Chile e Argentina.

As lutas que nascem desse compromisso com o bem estar – ou o viver bem – dos seres humanos tem como objetivo traçar um sentido de mundo de saberes/práticas contra-hegemônicas e de enfrentamento às produções dos “mundos da morte” pensados pelo modelo agroexportador e extrativista implantado pela invasão colonial; portanto, há o reconhecimento de que os humanos são interdependentes uns dos outros e parte constituinte da Natureza.

A exemplo, o ecofeminismo inspira-se nas discussões do Bem Viver ao argumentar que a dominação e violência contra as mulheres têm a mesma raiz da exploração desenfreada da Natureza, fruto da imposição dos poderes advindos do sistema patriarcal e capitalista, vinculado ao colonialismo. Sendo assim, as lutas dos povos do Sul Global, sobretudo das mulheres, podem ser uma alternativa para estruturar novos paradigmas, em virtude dos quais a ciência e a tecnologia estejam a serviço da reintegração da cultura e do trabalho. As autoras Mies e Shiva (2014) apresentam uma proposta de ecofeminista centrada na (des)colonização ambiental, política, socioeconômica e intelectual das interdependência dos seres humanos em relação à Natureza.

Já o feminismo comunitário proposto por Julieta Paredes (e outras) também recorre às ideias do Bem Viver, que são centradas na vida em comunidade e na relação profunda com a terra. Tal movimento advém das lutas das mulheres indígenas da Bolívia contra as diversas relações engendradas pelo poder colonial, conectadas com as relações sociais de classe e gênero, sendo a priori uma estratégia de luta contra a triangulação da dominação, apontando para um feminismo “despatriarcalizador; portanto, descolonizador, desheterossexualizador, antimachista, anticlassista e antirracista” (Paredes, 2013, p. 120) (tradução nossa). A proposta de Paredes ainda indica que “[...] é preciso indagar, com vistas a uma participação política no presente com potencial transformador, as formas de resistência das mulheres no passado” (Paredes, 2006, p. 72) (tradução nossa).

Tanto o ecofeminismo como o feminismo comunitário, guardadas as devidas especificidades e territorialidades de onde emanam, são movimentos políticos com

epistemes próprias, que podem ser reconhecidos nas reivindicações e nas visões de mundo de mulheres rurais brasileiras a partir de uma resistência mais ampla ao neoliberalismo, ao anti-imperialismo, antipatriarcalismo e anticolonialismo. Além disso, constituem-se a partir das concepções da Geografia do Bem Viver, tendo em vista as reivindicações pelo combate à violência, promoção de justiça social e democracia, direitos, e por construção de políticas públicas que garantam a soberania das mulheres nos territórios, enfrentando as estruturas coloniais que ainda permanecem, como aponta Muraca (2022, p. 36):

[...] de fato, a chegada do patriarcado colonial por meio da invasão europeia, com seu sistema ideológico racista e a imposição do capitalismo, causou uma reconfiguração do patriarcado anterior, com o estabelecimento de pactos e acordos relacionados ao corpo e à terra, que determinaram violência sexual, genocídio, desapropriação, depredação e barbárie.

É neste sentido que a Geografia do Bem Viver entrecruza as lutas das mulheres da América Latina, bem como as ações das *Margaridas*, assumindo um enfoque de reivindicação política para transformar a realidade social.

A Marcha das Margaridas: ofensiva contracolonial de mulheres desde o Sul Global

Como modelo econômico de extração de bens naturais visando o lucro, o extrativismo – ou os extrativismos – tem sido impactado por experiências de luta, defesa e saberes territorializados para o qual confluem diferentes feminismos – populares, contracoloniais – na construção efetiva de *contra poderes* (Duarte, 2022). Para além de dicotomias coloniais, tal investida tem sua profusão a partir das experiências de mulheres, originárias e rurais na América Latina, e com particular ênfase neste artigo, no Brasil.

É assim que o contexto não urbano tem sido palco do que Maristella Svampa (2012) chama de uma inflexão extrativista na última década em prol da garantia de

um Bem Viver ou mesmo da manutenção de modos de vida comunitários e a defesa dos corpos-territórios.

Diante da arrogância humana de se manter no centro (Castro, 2023), os riscos socioambientais se tornam políticos e afetam especialmente as responsáveis culturalmente pelo cuidar. Mudanças climáticas, presença de agrotóxicos em alimentos, de minerais nocivos nas águas, enchentes, queimadas, longos períodos de seca... A lógica distributiva dos problemas socioambientais se relaciona à posição/estratificação social e, logo, reforça as desigualdades e as violências na sociedade global e da técnica. Contudo,

O protagonismo político das mulheres é evidente (...). As mulheres têm estado à frente das lutas de resistência, rompendo o silêncio, exigindo o direito à justiça, retendo as forças repressivas, denunciando crimes contra elas mesmas e suas comunidades, agindo coletivamente pela defesa dos corpos-territórios (Rodas; Muralles, 2023, p. 297).

A partir da noção ampliada dos extrativismos, entendemos o corpo das mulheres como historicamente amalgamados pelo poder colonial, patriarcal e pela violência, que o caracteriza e que também é despendida contra a Natureza (no feminino). Esta que a partir do imaginário romântico foi construída como selvagem, explorável, a ser desvirginada pela modernidade. E assim tem sido desde então, o que remete-nos a uma associação patriarcal direta entre feminino e exploração, ou como trazem Shiva e Mies (2014, p. 164), “a marginalização da mulher e a destruição da biodiversidade andam de mãos dadas”.

E as mulheres não tem ficado caladas ante a essa dupla denúncia: são elas – e especialmente as do Sul global – que têm lutado pelo bem estar de todos a partir de “terrenos epistemológicos férteis de criatividade cultural, consciências insurgentes e rebeldia política” (Cunha, 2011, p. 28). E assim têm feito as Margaridas, herdeiras diretas de Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983, em contexto de ditadura civil-militar, no interior da Paraíba, no Nordeste brasileiro.

Por defender os direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, a sindicalista teve sua vida ceifada a mando do latifúndio, crime que até hoje segue impune. Dada a omissão da justiça, foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que responsabilizou o Estado brasileiro por violações a tais garantias⁵. Um caso explícito de violência (ou feminicídio) agrocapitalista (Prévost, 2022) como punição por irromper o lugar do doméstico e do privado, Margarida virou semente; inspira hoje a maior ação de mulheres da América Latina, a Marcha das Margaridas. Sua memória permanece viva nas mulheres que fazem essa ação-movimento e que encarnam seu nome e força ancestral como categoria política.

A coragem deu e dá a tônica à(s) Margarida(s). O que, segundo Hannah Arendt (2014), é a virtude de pulsão, quando o coletivo torna-se o centro de preocupações e ações, o *amor mundi*. Logo, o cuidado com o mundo suplanta o cuidado consigo. Margarida Alves recebeu várias ameaças de morte e ainda assim impunha que era “melhor morrer na luta que morrer de fome”, revelando a potência da coragem de existir e não se calar, além da denúncia da situação dos trabalhadores da cana no agreste paraibano. “Os tempos sombrios”, de que pensava e falava Arendt, não estavam distantes do que se passava nas *plantations* do século XX. Ares truculentos que se mesclavam ao poder colonial do patrão, sujeição e desumanização dos que estavam na base de manutenção desse poder com raízes estruturais. Ante a apatia ao mundo, a coragem. E sobre isso Margarida nos ensinou bem – e inspirou outras.

Reunindo mais de 100 mil mulheres a cada edição, a Marcha das Margaridas tem caráter perene dada a organicidade da ação, que inclui desde organizações de base, sindicatos rurais até à coordenação da CONTAG – a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, por meio de sua Secretaria de Mulheres. Tendo surgido em 2000, a MM conta com sete edições

⁵ Cf.: Relatório nº 3120, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/2020/BR_12.332_PT.PDF. Acesso em: 16 dez. 2025.

realizadas e com mulheres participantes de todos os estados do país, em sua diversidade constitutiva, identitária e territorial: mulheres agricultoras familiares, quebradeiras de coco, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, faxinalesas, de fundo de pasto, etc. Cada edição traz a marca de seu tempo e as demandas específicas das mulheres, mas com um alicerce comum: a defesa de seus corpos-territórios e de um projeto de sociedade consciente e sustentável.

Logo, críticas às estruturas que nos fazem: colonialismo, o capitalismo, o heteropatriarcado, o racismo, a citar algumas, essas mulheres constroem um outro mundo possível e se unem a outras vozes de Abya Yala (da língua kuna: terra madura; aqui sinônimo de América Latina). A não esquecer que:

As mulheres foram e continuam sendo as que colocam em evidência a arte de organizar a esperança. Ainda assim, mulheres de todas as idades, tempos e geografias, que defendem os territórios, são invisibilizadas, apagadas e silenciadas, mesmo sendo elas as que reproduzem a vida da própria resistência; sendo seus corpos os primeiros objetivos militares para a expropriação; sendo elas as cuidadoras das próximas gerações; sendo elas as que têm que cumprir, além de uma múltipla jornada, uma dupla militância (fora e dentro de suas comunidades) (Hernández; Jiménez, 2023, p. 24).

De acordo com Amaia Orozco (2021), o avanço neoextrativista – somado ao conservadorismo neoliberal – está ameaçando particularmente a vida das mulheres. Tem-se, para tanto, um aumento dos feminicídios – basta abrirmos o noticiários, todos os dias, sem exceção, tem-se registro de casos de violência contra as mulheres, sem contar sua subnotificação. Uma violência que incide sobre elas, inclusive, também porque são mais ativas na resistência e na denúncia de que um mundo melhor a todas as pessoas só será possível em consonância a uma relação mais harmônica com a terra e com o entorno.

Tal denúncia, em diálogo com os saberes locais e ancestrais, tem feito emergir o que Svampa (2021) chama de um giro ecoterritorial – ou de feminismos ecoterritoriais, em uma relação intrínseca entre corpo-e-território, protagonizado por mulheres latino-americanas e que

[Geopauta](#), Vitória da Conquista, V. 10, 2026, e18554



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](#)

somam aos ecofeminismos já existentes uma práxis e uma narrativa centrada na defesa da água, nos corpos-territórios, na soberania alimentar, na justiça ambiental como justiça social e de gênero, associada à espiritualidade e à emoção, que ilustra uma interconexão com a Terra e o conjunto da vida, oposta à dominante” (Svampa, 2021, p. 24).

Importa mencionar que inicialmente muitas dessas lutas não se nomeiam feministas, contudo, dadas suas experiências e trajetórias, *pari passu* vão se construindo feministas, como a Marcha das Margaridas, no Brasil⁶, cuja identidade feminista vai *tornando-se* mais explícita ao longo de seus 25 anos de existência.

A 6ª Marcha das Margaridas, realizada em 2019, em um contexto de retirada de direitos e durante um governo de extrema direita, resultou na publicação de um documento, a Plataforma Política da Marcha das Margaridas, que sintetiza suas principais bandeiras de luta, as quais visualizamos sinteticamente a seguir:

Quadro 1 – Plataforma Política das Margaridas

Eixo político	Bandeiras centrais de luta
1. Terra, Água e Agroecologia	Reforma Agrária ampla e função social da terra; Transição agroecológica e produção sem veneno/transgênicos; Defesa das águas como bem comum, contra a privatização.
2. Autodeterminação e Soberania	Soberania Alimentar: comida de verdade e direito à alimentação; Soberania Energética: tarifas justas e energias renováveis descentralizadas; Demarcação de terras indígenas e quilombolas.
3. Sociobiodiversidade	Defesa dos biomas e acesso livre aos recursos (Ex: Lei do Babaçu Livre); Proteção das sementes crioulas e do patrimônio genético; Reconhecimento dos saberes tradicionais das mulheres.
4. Autonomia Econômica	Valorização do trabalho doméstico e produtivo nos quintais; Igualdade salarial e combate à divisão sexual do trabalho; Acesso a crédito, terra e fomento à economia solidária.
5. Previdência Social	Manutenção da aposentadoria rural (segurada especial) e idade mínima; Resistência à Reforma da Previdência e defesa do BPC; Seguridade Social pública e universal.
6. Saúde e SUS	Defesa do SUS universal e revogação do Teto de Gastos (EC 95); Saúde integral da mulher (rural, negra, indígena) e combate à violência obstétrica;

⁶ Cf. Sobreira (2022).

	Política de plantas medicinais e farmácias vivas.
7. Educação	Educação do Campo contextualizada e não fechamento de escolas rurais; Educação não-sexista, antirracista e laica; Contra o projeto "Escola Sem Partido" e a censura de gênero.
8. Corpo e Sexualidade	Autonomia sobre o corpo e direitos sexuais e reprodutivos; Descriminalização e legalização do aborto; Respeito à diversidade sexual e identidade de gênero.
9. Vida Sem Violência	Fim da violência sexista, racista e do feminicídio; Revogação da flexibilização da posse de armas no campo; Fortalecimento da Lei Maria da Penha e equipamentos de proteção.
10. Democracia	Paridade de gênero e cotas na política e espaços de poder; Defesa da democracia e dos conselhos de participação popular; Democratização da comunicação e mídias comunitárias.

Fonte: Sistematização feita pelas autoras a partir da ferramenta de IA Gemini (2025)

A partir da análise desse documento observamos que as Margaridas, em confluência com outras lutas de mulheres em Abya Yala, percebem a incompatibilidade da vida com o atual modelo de desenvolvimento e com uma episteme que hierarquiza os saberes populares, refutando uma visão simplista e dual da realidade. A Plataforma nos apresenta que para as mulheres rurais brasileiras, a justiça ambiental é indissociável da justiça de gênero e da autonomia de seus corpos e territórios.

Suas Geografias do Bem Viver não são utopias distantes, mas práticas espaciais concretas detalhadas na Plataforma como signos de resistência econômica, cultural e comunitária, que é intrinsecamente interseccional e operada a partir de suas existências, desafios, saberes e fazeres. A vida cotidiana dessas mulheres, da qual parte a luta, é uma estratégia de defesa (Hernández, 2023) de si e de seus mundos a partir de uma pedagogia do cuidado – o *amor mundi* de que falava Arendt (2014) –, não essencializado aqui ao feminino, mas como uma prática contracolonial, uma ofensiva pela preservação do que o projeto agrocapitalista/(neo)extrativista tenta apagar, a face contemporânea de um *continuum* histórico. O documento traz:

As nossas bandeiras de lutas e proposições não buscam contemplar apenas as necessidades e demandas das mulheres do campo, da floresta e das águas, embora sejam elas as idealizadoras e protagonistas das iniciativas aqui expressas, mas sim de toda a sociedade brasileira. (...) Acreditamos que a maioria da gente do

nosso país pode ser beneficiada e contemplada com o projeto que se desenha a partir desta Plataforma, por isso conclamamos a todas e todos aqueles que não aceitam as consequências desastrosas, para a sociedade brasileira, decorrentes das medidas antidemocráticas tomadas pelo atual governo, a se somarem a nós que, de forma pacífica, e em marcha, estamos afirmando que um novo Brasil é possível (Marcha das Margaridas, 2019, p. 38).

Expressão que é somada a um convite a todas as pessoas, e que estendemos a você que nos lê. Ratificamos a certeza de que a utopia é o caminho: um novo Brasil é possível e, por ele, a Marcha e as mulheres rurais brasileiras em luta seguem até que todas/os/es sejamos livres.

Considerações Finais

A Marcha das Margaridas parte de um lócus de enunciação que questiona a posição das mulheres rurais no sistema mundial moderno/colonial e as hierarquias raciais, de classe e gênero sobre seus corpos-territórios. Essa ação-movimento detém um privilégio epistemológico que elabora conhecimentos sofisticados e práticas contracoloniais sob uma perspectiva subalterna e feminista.

Estudar as ações das Margaridas não significa apenas se deparar com resistências ante os efeitos da dominação colonial, patriarcal e capitalista, mas conhecer e divulgar várias ações, pautas e vozes das que lutam contra a invisibilidade, o racismo, o sexismo e a desigualdade.

A partir de uma construção gradual amadurecida ao longo de suas edições, identificam-se nas reivindicações, e especialmente em sua Plataforma Política, as bases de um feminismo decolonial, ecofeminismo, feminismo comunitário e ecoterritorial. Tais conceitos fundamentam um feminismo rural brasileiro engajado contra as violações aos corpos-territórios femininos, resultantes da articulação entre racialização, colonização, exploração (agro)capitalista e a norma heterossexual.

Conclui-se que por meio de uma Geografia do Bem Viver, as mulheres rurais brasileiras – e em Abya Yala – ressignificam a luta pelos seus corpos-territórios como uma defesa da própria vida e da Natureza, ao integrar o cuidado e a interdependência como eixos centrais de um novo projeto de sociedade. A memória

de Margarida Maria Alves permanece viva e impulsiona a coragem dessas mulheres no exercício de “cuidado com o mundo” e em prol do alcance de um viver bem a todas as pessoas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena**. São Paulo: Editora Ubu, 2023.
- CUNHA, Teresa. Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do Sul e do Norte. *In*: Cunha, Teresa; Santos, Celina dos; Moura, Tatiana; Silva, Sofia. **Artigo feminino: Elas no Sul e no Norte**. Santa Maria da Feira: Rainho e Neves LTDA, 2011. (p. 17-39).
- DUARTE, Melisa Cabrapan. Movimiento de mujeres contra el extractivismo: feminismos y saberes multisituados en convergencia. **Debate Feminista**, Ciudad de México, ano 32, v. 64, p. 56-79, 2022. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2594-066X2022000200056. Acesso em: 11 mar. 2025.
- GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al Desarrollo. **América Latina em Desenvolvimento-ALA**, Quito, n. 462, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://www.gudynas.com/publicaciones/articulos/GudynasBuenVivirGerminandoALAI11.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/OtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón. Introdução. *In*: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.). **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. (p. 21-27).
- HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mulheres, corpos e territórios: entre a defesa e a despossessão. *In*: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.). **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. (p. 51-65).
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- Geopauta**, Vitória da Conquista, V. 10, 2026, e18554



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (p. 117-142).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. (p. 73-116).

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Plataforma política da 6ª Marcha das Margaridas: por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência**. Brasília: CONTAG, 2019.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminism**. London; New York: Zed Books, 2014.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of western modernity**. Durham: Duke University Press, 2011.

MURACA, Mariateresa. O bem viver sob a perspectiva feminista: convergências, problematizações e desafios. **Humanitas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 33-44, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rhumanitas/article/view/14501>. Acesso em: 22 dez. 2025.

OROZCO, Amaia Pérez. El conflicto capital-vida: aportes desde los feminismos. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 38, p. 54-66, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45907#:~:text=A%20ideia%20do%20conflicto%20capital,outras%20formas%20anteriores%20de%20economia%2C>. Acesso em: 22 maio 2024.

PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. Ciudad del Mexico: Cooperativa el Rebozo, 2013.

PAREDES, Julieta. Para que el sol vuelva a calendar. *In*: PÉREZ, Elizabeth Monasterios (Orgs.) **El desafío del feminismo autónomo de Mujeres Creando**. La Paz: Plural, 2006. (p. 61-96).

PRÉVOST, Héloïse. “Até que todas sejamos livres”: o ativismo ‘sentipensado’ das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 01, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5969>. Acesso em: 08 jul. 2024.

RODAS, Jonatan; MURALLES, Felisa. As mulheres tomam a frente das lutas: conversa com Dona Felisa Muralles, do Movimento de Resistência de La Puya, Guatemala. *In*: HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (Orgs.). **Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. (p. 297-315).

RADCLIFFE, Sarah A. Development for a postneoliberal era? *Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador*. **Geoforum**, [s. l], n. 43, v. 2, p. 240-249, 2012.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718511001758>.

Acesso em: 20 dez. 2025.

SALGADO, F. Sumaq Kawsay: the birth of a notion? Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape.Br**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 198-208, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/vHfgCGT8nPRH8hGNqf5PbcD/?format=html&lang=en>.

Acesso em: 13 dez. 2025.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “**Olha Brasília Está Florida, Estão Chegando as Decididas**”: Experiências de um Feminismo Rural no Brasil a Partir da Marcha das Margaridas. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL-CLACSO**, [s. l], v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012. Disponível em:

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales en América Latina: entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. **Documentos de Trabajo**, nº 59, Madrid: Fundación Carolina, p. 01-30, 2021. Disponível em:

<https://www.fundacioncarolina.es/catalogo/feminismos-ecoterritoriales-en-america-latina-entre-la-violencia-patriarcal-y-extractivista-y-la-interconexion-con-la-naturaleza/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

WALSH, Catherine. Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (de) envolvimentos coloniais. **Development**, [s.l], v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010. Disponível em:

https://www.desenredando.org/public/varios/2011/Walsh_Development_as_Buen_Vivir.pdf.

Acesso em: 11 dez. 2025.

Agradecimentos

[Geopauta](#), Vitória da Conquista, V. 10, 2026, e18554



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](#)

À CAPES e à FAPESQ – Programa Paraíba Sem Fronteiras

Contribuições dos autores

Autor 1: Elaboração, pesquisa bibliográfica, discussão e análise dos resultados e revisão do texto

Autor 2: Elaboração, pesquisa bibliográfica, discussão e análise dos resultados e revisão do texto

Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.
